

Piscina Municipal de Odivelas – Divisão de Desenvolvimento Desportivo

Câmara Municipal de Odivelas

Regulamento Interno

Enquadramento jurídico

O presente documento é elaborado de acordo com a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto regulado pela Lei n.º 5/2007 de 16 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 74/2013, de 6 de outubro, o Regime Jurídico das Instalações Desportivas de Uso Público, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 141/2009 de 16 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 110/2012, bem como o Regime Jurídico da Responsabilidade Técnica pela Direção das Atividades Físicas e Desportivas Desenvolvidas nas Instalações Desportivas aprovado pela Lei n.º 39/2012 de 28 de agosto e, o Regime de Acesso e Exercício de atividade de Treinador de Desporto, regulado pela Lei n.º 40/2012 de 28 de agosto. Tem, ainda em consideração o preceituado na Norma Portuguesa 4542 de 2016, no Programa de Vigilância Sanitária de Piscinas de Hidroterapia e com Fins Terapêuticos e a Circular Normativa n.º 14/DA de 21 de Agosto de 2009 da Direção Geral da Saúde, no Aviso n.º 1352/2002 (2.a série).— Manual de Boas Práticas de Medicina Física e de Reabilitação e ainda o preceituado na Portaria n.º 1212/2010 de 30 de Novembro do Ministério da Saúde, sobre as instalações técnicas para o exercício da atividade de medicina de reabilitação.

Capítulo I - Disposições Gerais

Artigo 1º

Âmbito e Objeto

1. O presente Regulamento estabelece as normas e condições de funcionamento e frequência da Piscina Municipal de Odivelas, adiante designado por Piscina de Odivelas.
2. O presente Regulamento aplica-se a qualquer pessoa que tenha acesso às instalações da Piscina de Odivelas.

Artigo 2º

Propriedade e Gestão

1. A Piscina de Odivelas situa-se na Avenida Professor Doutor Augusto Abreu Lopes, em Odivelas, e integram o património do Município de Odivelas.
2. A gestão da Piscina de Odivelas é do Município de Odivelas (CMO).
3. Fica desde já mandatada a Divisão de Desenvolvimento Desportivo, adiante designada de (DDD) para cumprir e fazer cumprir o presente regulamento.

Artigo 3º

Finalidade

A Piscina de Odivelas é um equipamento destinado à prática desportiva e de bem-estar, assim como à prestação de cuidados terapêuticos.

Artigo 4º

Destinatários

1. As atividades desenvolvidas na Piscina de Odivelas destinam-se a qualquer pessoa, singular ou coletiva, que preencha os requisitos necessários para a frequência de cada atividade desenvolvida.
2. O Município pode estabelecer protocolos com entidades várias, através dos quais são instituídas condições específicas de acesso às atividades desenvolvidas na Piscina de Odivelas, em consonância com este regulamento e a Tabela de Preços aplicável.

Artigo 5º

Responsabilidade Técnica

1. As Atividades desenvolvidas na Piscina de Odivelas estão sob a responsabilidade técnica de um Diretor Técnico, devidamente certificado pelo IPDJ, cumprindo integralmente o preceituado na Lei 39/2012 de 28 de agosto.
2. Ao Diretor Técnico cabe a direção e a responsabilidade pelas atividades que decorrem nas instalações, devendo ainda, garantir que tais atividades decorram num ambiente de qualidade e segurança.
3. As Atividades Terapêuticas desenvolvidas na Piscina de Odivelas estão sob a responsabilidade técnica de um Fisioterapeuta Responsável Técnico devidamente certificado pela ERS.
4. Os certificados de Responsabilidade e Direção Técnica estão afixados ao público no átrio das instalações.

Capítulo II

Funcionamento

Artigo 6º

Período de Funcionamento

1. A Piscina de Odivelas encerra nos feriados nacionais, feriado municipal (19 de novembro), terça-feira de carnaval, sábado de aleluia, e nos dias 24 e 31 de dezembro.
2. Poderão ainda ser realizadas alterações ao período de funcionamento sempre que assim se justifique.

Artigo 7º

Horário das Atividades

Os horários das atividades encontram-se afixados, podendo estes ser alterados sempre que se justifique.

Artigo 8º

Inscrição

1. A inscrição em qualquer atividade desenvolvida na Piscina de Odivelas é realizada nas secretarias afetas à DDD, no horário e dias de funcionamento afixados nas instalações.
2. O direito de acesso às atividades desenvolvidas na Piscina de Odivelas é adquirido mediante inscrição, cujo respetivo pagamento inclui a obtenção do Cartão de Utilizador.
3. A inscrição é válida por um ano, considerando-se renovação, a frequência da mesma atividade por período superior a 12 meses após a data da inscrição.
4. Para a inscrição é necessário apresentar os seguintes elementos:
 - a) Cartão de cidadão
 - ou
 - b) Outro documento de identificação; Uma Foto tipo passe; Número de Contribuinte;
 - c) Documento de identificação do representante legal ou de quem seja por este mandatado, caso o utilizador seja menor ou com necessidades especiais.
5. A inscrição só é válida após o conhecimento e aceitação do Regulamento Interno e normas de funcionamento.

Artigo 9º

Pagamentos

1. Os valores cobrados pela frequência das atividades existentes na Piscina de Odivelas encontram-se definidos na Tabela de Preços em vigor.
2. O pagamento devido pela frequência das atividades pode ser realizado através dos meios disponíveis para o efeito.
3. A validade do pagamento efetuado por transferência bancária está dependente da exibição do respetivo comprovativo.
4. Ao utilizador que se inscreva em mais do que uma atividade caberá apenas o pagamento do valor referente a uma inscrição/renovação.
5. O pagamento das mensalidades é realizado até ao dia 10 (inclusive) do mês a que diga respeito, podendo ser estabelecidas outras datas para atividades específicas.
6. Quando o último dia de pagamento coincida com feriado, domingo, ou com dia em que as instalações se encontrem encerradas, a data limite é diferida para o primeiro dia útil seguinte.

7. Findo o prazo referido no número anterior, o pagamento é considerado fora do prazo, só podendo concretizar-se nos seguintes termos:

- a) Agravamento de 5% caso o pagamento seja feito nos 7 dias seguintes;
- b) Agravamento de 20% caso o pagamento seja feito a partir do 8º dia e até ao final do mês a que o mesmo diga respeito.

8. Pelo não pagamento da mensalidade até ao final do mês a que diga respeito, é considerada desistência por parte do utilizador, o que implica a perda da respetiva vaga na aula em que se encontra inscrito.

9. Em todas as atividades que impliquem inscrição, a mensalidade de julho é paga de forma repartida no 2º e no 3º mês de frequência, sendo a mensalidade de setembro, previamente, cobrada no mês de julho.

10. O pagamento das sessões ocasionais é realizado antes da realização das mesmas.

Artigo 10º

Benefícios

1. São aplicados os seguintes descontos ao agregado familiar do utilizador:

- a) Isenção do valor da inscrição para o 3º elemento e seguintes do agregado familiar.
- b) Desconto de 20% na mensalidade do segundo elemento do agregado familiar inscrito.
- c) Desconto de 30% na mensalidade do terceiro elemento do agregado familiar inscrito.
- d) Desconto de 40% na mensalidade do quarto elemento do agregado familiar inscrito.
- e) Desconto de 50% na mensalidade do quinto e seguintes elementos do agregado familiar inscrito.

2. Aos valores previstos na Tabela de Preços, são ainda aplicados os seguintes descontos:

- a) Pagamento trimestral – 10% de desconto;
- b) Pagamento semestral – 15% de desconto;
- c) Pagamento anual – 20% de desconto;

3. É atribuído um desconto de 30% a:

- a) Utilizadores com idade igual ou superior a 60 anos ou detentores do Cartão Sénior, mediante a exibição do mesmo e de documento de identificação;
- b) Pessoas com deficiência, com grau de incapacidade igual ou superior a 60% mediante a exibição de atestado médico de incapacidade multiusos;

4. Para efeitos do presente Regulamento, consideram-se elementos do agregado familiar, os cônjuges ou com quem estes vivam em situação análoga à de cônjuge, bem como os respetivos ascendentes, descendentes ou afins, desde que devidamente comprovada a sua pertença aquele agregado.

5. Não são cumuláveis entre si os benefícios previstos no presente Regulamento.

Artigo 11º

Acesso e permanência

Sem prejuízo do disposto em legislação especial pode ser impedido o acesso ou permanência nas instalações desportivas a quem se recuse, sem causa legítima, pagar os serviços utilizados ou consumidos, não se comporte de modo adequado, provoque distúrbios ou pratique atos de furto ou de violência.

Artigo 12º

Cartão de Utilizador

1. O cartão de utilizador é pessoal e intransmissível e permite o acesso às instalações, dentro da respetiva classe e horário, desde que se encontre regularizado o pagamento dos serviços prestados.
2. O acesso às instalações é limitado a 15 minutos antes do início da aula e a 30 minutos após o seu término.
3. O pedido de segunda via do cartão de utilizador implica o pagamento antecipado de uma quantia, definida na Tabela de Preços em vigor, como reposição do elemento extraviado.

Artigo 13º

Apólice de Seguro de Acidentes Pessoais

1. De acordo com a legislação em vigor, todos os utilizadores da Piscina de Odivelas estão abrangidos pela apólice de seguros, que cobre os riscos de acidentes pessoais e sinistros ocorridos nas instalações de acordo com a legislação em vigor (esta informação não dispensa a leitura das condições gerais e particulares da apólice).
2. As despesas relacionadas com a assistência médica prestada são apresentadas pelo sinistrado junto da respetiva Entidade Seguradora.
3. Não há responsabilidade do Município de Odivelas pelos resultados da assistência prestada aos utilizadores da Piscina de Odivelas após estes abandonarem as instalações.

Artigo 14º

Créditos

1. Não há lugar a reembolsos, créditos, ou à realização de sessões de compensação, para além das situações expressamente previstas no presente regulamento.
2. Não há lugar a sessões de compensação ou créditos de Terapias individuais, pelo que, sempre que o utilizador preveja a sua não comparência na sessão, deve avisar os serviços com 24h de antecedência, para que se proceda ao cancelamento da referida sessão.

Artigo 15º

Interrupção da atividade por motivo de doença

1. Caso o utilizador não possa frequentar a atividade por motivo de doença, pretendendo no entanto manter a sua vaga na aula, deverá apresentar um atestado médico, justificando a sua ausência, mas não o isenta de efetuar o pagamento devido, nas seguintes situações:

- a) No caso de impedimento por doença, devidamente comprovada por declaração médica, que expressamente refira a impossibilidade, ou grave inconveniência de prática da atividade por um período de tempo consecutivo de 30 a 60 dias, o utilizador usufruirá de um crédito de 50% nos pagamentos subsequentes pelo número de meses a que se refira o atestado;
- b) No caso do impedimento por doença, devidamente comprovada por declaração médica, que expressamente refira a impossibilidade, ou grave inconveniência de prática da atividade por um período superior a 60 dias, a inscrição é suspensa automaticamente, dentro da validade da mesma e implica a perda da vaga.

Artigo 16º

Interrupção das Atividades

1. A CMO reserva-se no direito de:

- a) Alterar o período e dias de funcionamento sempre que tal se mostre conveniente ou, a isso seja forçada, por motivos técnicos ou outros devidamente fundamentados;
- b) Interromper ou mesmo suspender a atividade da Piscina de Odivelas para a realização de obras de beneficiação no equipamento, havendo, neste caso, lugar à realização de sessões de substituição, de acordo com os horários e vagas disponíveis;
- c) Alterar ou mesmo suspender os horários das atividades realizadas na Piscina de Odivelas, para a realização de provas desportivas ou outros eventos, havendo, também neste caso, lugar à realização de sessões de substituição, de acordo com os horários e vagas disponíveis;

2. Para além das situações referidas no número anterior, as atividades são interrompidas, quando haja contaminação da água das cubas, por vômito, fezes, sangue, ou por outra causa imprevisível e à qual a CMO seja alheia, determinando-se a interdição imediata da respetiva cuba a qualquer utilização, situações em que existe lugar à realização de sessões de substituição, de acordo com os horários e vagas disponíveis, ou crédito do valor correspondente à sessão caso não seja possível a sua substituição.

3. Sempre que existam interrupções das atividades, por motivos alheios à CMO, tais como, faltas de energia, faltas de água, greves, ou outras, não existe lugar a sessões de substituição ou crédito das mesmas.

Artigo 17º

Obrigações do utilizador

1. Os utilizadores da Piscina de Odivelas ficam sujeitos ao cumprimento do presente regulamento, bem como às normas de funcionamento da atividade que frequentam.

2. Constituem, ainda, obrigações dos utilizadores:

- a) A apresentação do cartão de utilizador;
- b) O uso do chuveiro e o atravessamento do lava-pés sempre que se pretenda entrar na zona dos tanques;

- c) O uso de touca de borracha, silicone ou de conforto, em todas as atividades aquáticas, à exceção daquelas que pelas suas especificidades impliquem o uso de outro tipo de toucas;
 - d) O uso de chinelos nos balneários, corredores de acesso aos tanques e cais de piscina pelo utilizador e acompanhantes.
 - e) A utilização de calções e/ou fatos de banho em lycra adequados à atividade e que não sejam suscetíveis de adulterar a qualidade da água.
 - f) Tratar com respeito e urbanidade o pessoal de serviço e os demais utilizadores da Piscina de Odivelas;
 - g) Assegurar, previamente, que não têm quaisquer contraindicações para a prática da atividade para a qual se inscrevem;
 - h) Quando o utilizador se desloque em cadeira de rodas deve requisitar a cadeira de banho aos funcionários de apoio, para que seja possível o acesso aos tanques, bem como a passagem pelo chuveiro antes de iniciar a sessão.
3. Os alunos com idade inferior a 4 anos ou com necessidades especiais, que assim o exijam, só podem frequentar a Piscina de Odivelas desde que acompanhados pelo representante legal ou por quem seja por este mandatado.
4. O disposto no número anterior aplica-se, ainda, às situações em que, pela natureza da atividade desenvolvida e de acordo com o grau de dependência individual, o utilizador necessite de apoio de 3ª pessoa que o acompanhe no decorrer da sessão.

Artigo 18º

Proibições

É expressamente proibido:

- a) Provocar ou participar em desordens ou altercações;
- b) Praticar atos ofensivos aos bons costumes;
- c) Correr nas instalações, saltar ou entrar na água sem expressa indicação do técnico responsável ou do nadador salvador;
- d) Adotar qualquer outro comportamento que ponha em causa a integridade física dos demais utilizadores;
- e) Danificar o equipamento e bens disponibilizados, ressalvando-se o desgaste pelo seu normal uso;
- f) Utilizar o equipamento disponibilizado sem autorização do técnico;
- g) Escrever nas paredes, bancos e outros móveis;
- h) Lançar objetos e lixo para o chão ou para os tanques;
- i) Fazer-se acompanhar de animais à exceção do previsto no Decreto-Lei n.º 74/2007 de 27 de Março;
- j) Circular nos balneários do sexo oposto, exceto quando tal seja devidamente autorizado;
- l) Aceder ou permanecer nos locais cujo acesso seja interdito ao público;
- m) Entrar na água sem previamente eliminar da pele, cremes, óleos, maquilhagem ou outros produtos suscetíveis de adulterar a qualidade da água;

- n) Aceder à zona envolvente dos tanques e balneários, quando o destino imediato não seja o da normal utilização do equipamento;
- o) Frequentar a Piscina com doença e/ou com problemas de pele, ou com menores condições de higiene, de acordo com o legalmente previsto;
- p) Comer e beber fora das zonas devidamente identificadas para o efeito;
- q) A recolha de imagens através de fotografia e/ou vídeo, com exceção das situações devidamente autorizadas para o efeito e desde que nenhum utilizador ou acompanhante se oponha.
- r) Estacionar viaturas a bloquear a entrada de viaturas de emergência e no átrio externo da Piscina Municipal, sem devida autorização.
- s) Deixar objetos nos cacifos para além do tempo normal de utilização dos mesmos, sendo todos os cacifos abertos ao final do dia, não se responsabilizando a DDD/CMO por qualquer objeto deixado nos mesmos.

Artigo 19º

Responsabilidade dos Utilizadores

1. O utilizador é responsável pelos danos resultantes da violação de qualquer uma das alíneas do número anterior.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a violação de qualquer disposição do presente regulamento, sempre que se traduza numa situação gravosa, é avaliada pelo Diretor Técnico que reportará superiormente para efeitos.
3. Quando tal se justifique, as situações referidas no número anterior serão sujeitas a um inquérito sumário, podendo a CMO após conclusão de inquérito, impedir-se o acesso temporário ou definitivo às atividades pelo utilizador em causa, sem direito a qualquer reembolso e/ou indemnização.

Artigo 20º

Utilização dos Balneários e Vestiários

1. São disponibilizados balneários diferenciados para o sexo masculino e para o sexo feminino, bem como para pessoas com deficiência, que devem ser usados durante o tempo estritamente necessário para a atividade desenvolvida, nos termos do previsto no artigo 12º n.º 2 do presente Regulamento.
2. A Piscina de Odivelas disponibiliza nos vestiários e zona central, cacifos com fechadura para cadeado, que devem ser usados durante o tempo estritamente necessário para a atividade desenvolvida, nos termos do previsto no artigo 12º n.º 2 do presente Regulamento.
3. A utilização dos cacifos é da inteira responsabilidade dos utilizadores, sendo obrigatório a guarda dos bens nos mesmos com um cadeado pessoal, não sendo da responsabilidade da Piscina de Odivelas a disponibilização dos mesmos.

4. A utilização das cabines individuais dos balneários e dos vestiários, assim como dos balneários adaptados é prioritariamente realizada por pessoas com prescrição para tal por parte do Responsável Técnico.
5. Os utilizadores de idade inferior a 10 anos ou com necessidades especiais que, independentemente da idade, assim o exijam, podem ser acompanhados por um adulto na utilização dos vestiários e balneários.

Artigo 21º

Obrigações da CMO

Na prestação dos serviços previstos no presente Regulamento, a CMO fica obrigada a:

- a) Cumprir com a legislação aplicável;
- b) Fornecer um Regulamento a cada utilizador no ato da inscrição, bem como as normas de frequência da atividade para a qual o utilizador se inscreve;
- c) Disponibilizar folhetos para reclamações/sugestões, para além do Livro de Reclamações, legalmente previsto;
- d) Garantir, a permanência do Diretor Técnico ou Responsável Técnico durante o período de funcionamento, num período mínimo de 4 horas diárias, estipuladas pela DDD e afixadas ao público no átrio das instalações;
- e) Efetuar análises regulares à água e ar dos tanques, divulgando e afixando os resultados em local visível nos termos da legislação em vigor;
- f) Cumprir com as normas sanitárias de funcionamento das instalações desportivas, desresponsabilizando-se de eventuais problemas sanitários que possam ter origem em utilizadores que não cumpram as regras estabelecidas no presente Regulamento;
- g) Cumprir com os níveis de qualidade dos serviços prestados, bem como da manutenção e conservação das instalações de acordo com os termos da legislação em vigor.

Artigo 22º

Listas de Espera

1. Sempre que se justifique são criadas listas de espera por cada classe, elaboradas por ordem de inscrição regularmente analisada, no sentido de integrar as vagas existentes nas respetivas atividades.
2. As pessoas que se encontram em lista de espera são contactadas sempre que surja uma vaga.
3. No preenchimento das vagas é dada prioridade às transferências internas propostas pelos Técnicos.
4. Quando seja necessário realizam-se sessões experimentais, para avaliar o enquadramento técnico do utilizador que seja chamado para integrar uma vaga.

Capítulo III

Área Desportiva

Artigo 23º

Enquadramento Técnico

1. Para a prestação dos serviços na Área Desportiva, a Piscina de Odivelas garante:
 - a) Uma Equipa composta por um Diretor Técnico, Técnicos licenciados na área do desporto e/ou Técnicos Acreditados pelo Instituto do Desporto de Portugal;
 - b) Nadadores Salvadores.
2. A Equipa Técnica efetua o enquadramento técnico das atividades desenvolvidas.
3. A transferência de nível de aprendizagem é um ato de natureza técnica e da responsabilidade da Direção Técnica, que depende das competências desenvolvidas e demonstradas, sem correspondência com fatores de carácter temporal, podendo ocorrer em qualquer altura.
4. A falta de assiduidade pode determinar regressões na aprendizagem e ocasionar a transferência para níveis de aprendizagem inferiores.
5. Sempre que considere adequado, a Equipa Técnica faz avaliações internas aos utilizadores com vista à homogeneidade das classes, podendo promover uma estruturação diferente nas mesmas.
6. Por indicação da Direção Técnica podem existir situações de acumulação de níveis em determinadas aulas, desde que não seja posta em causa a qualidade técnica-pedagógica das mesmas.
7. Por proposta da Direção Técnica podem ser encerradas ou alteradas atividades, sempre que tal se justifique.
8. O Técnico é responsável pela condução da sessão e pela prescrição das tarefas adequadas ao utilizador, que as deverá respeitar, salvaguardando-se situações de contra-indicação médica que devem ser, previamente, comunicadas ao Técnico.
9. O utilizador deve ter uma conduta adequada ao desenvolvimento da sessão, não prejudicando o seu normal funcionamento, caso contrário, pode o Técnico propor à Direção Técnica a suspensão da sua frequência.

Capítulo IV

Área Terapêutica e Bem-Estar

Artigo 24º

Enquadramento Técnico

1. Para a prestação dos serviços da Área Terapêutica, a Piscina de Odivelas garante:
 - a) Uma Equipa Técnica composta por um Responsável Técnico e Técnicos devidamente credenciados com cédula profissional, registados na Entidade Reguladora da Saúde;
 - b) Nadadores Salvadores.

2. Ao Responsável Técnico da Área Terapêutica, cabe a coordenação das Atividades Terapêuticas e de Bem-Estar que decorrem nas instalações, em articulação direta com o Diretor Técnico.
3. A Equipa Técnica efetua o enquadramento terapêutico das atividades desenvolvidas.
4. Para a frequência de sessões de Hidroterapia, para além da avaliação obrigatória a realizar com o Técnico, devem apresentar declaração médica que prescreva o tipo de atividade a desenvolver, assim como possíveis contraindicações.

Capítulo V

Normas específicas para Instituições/inscrições em grupo

Artigo 25º

Inscrição

1. A inscrição em atividades para grupos é realizada diretamente na Direção Técnica.
2. A inscrição é válida por uma época desportiva, considerando-se renovação a frequência da mesma atividade por utilizadores que tenham estado inscritos na época anterior, independentemente da tipologia ou origem da mesma.
3. Para a realização da inscrição são necessários os seguintes documentos disponibilizados pela Piscina de Odivelas:
 - a) Ficha de dados da instituição;
 - b) Declaração de aceitação do regulamento interno;
 - c) Lista onomástica de inscrição;
 - d) Declaração de autorização do encarregado de educação quando menores de idade;

Artigo 26º

Pagamentos

1. O pagamento das mensalidades dos grupos é realizado mediante a emissão da respetiva fatura, no início de cada mês, a qual tem que ser liquidada até ao final do mês a que diga respeito.
2. Findo o prazo referido no número anterior, o pagamento é considerado fora do prazo, só podendo concretizar-se nos 10 dias subsequentes, com o agravamento de 20%.
3. É considerada desistência por parte do grupo, o não pagamento da mensalidade até ao final do período no número anterior, o que implica a perda do direito ao espaço reservado e a sujeição a nova inscrição caso pretenda retomar a frequência da atividade.

Capítulo VI- Outras Utilizações da Piscina Municipal

Artigo 27º

Reserva de Espaço

1. A reserva de espaços destina-se a grupos ou a pessoas singulares que pretendam utilizar um espaço de água sob a sua inteira responsabilidade, ou sob a orientação de técnicos da Piscina de Odivelas.
2. A reserva de espaço é realizada diretamente pela Direção Técnica.
3. A CMO reserva-se ao direito de não aceitar a realização de uma reserva de espaço, dependente da natureza da atividade a realizar.
4. Os utilizadores da Piscina e Odivelas neste regime ficam sujeitos ao cumprimento do presente Regulamento.

Artigo 28º

Festas de Aniversário

1. A Piscina de Odivelas organiza Festas de Aniversário com atividades aquáticas lúdico-desportivas, no espaço destinado para o efeito.
2. As atividades são orientadas por técnicos da Piscina de Odivelas, devidamente habilitados para o efeito.
3. Os utilizadores neste regime ficam sujeitos ao cumprimento do presente Regulamento, bem como das regras de funcionamento das Festas de Aniversário.
4. No ato de marcação da festa de aniversário o utilizador efetua o pagamento de 50% do valor previsto na tabela de preços, sendo que, em caso de desistência não há lugar à devolução do mesmo.

Capítulo VII

Especificações Técnicas

Artigo 29º

Temperatura e controlo da água dos Tanques

1. É efetuado o controlo diário das águas da Piscina de Odivelas relativamente aos elementos qualitativos referidos no programa de vigilância sanitária de piscinas, em consonância com condições de segurança, higieno-sanitárias, técnicas e funcionais a observar nas Piscinas de uso público, cujos resultados são afixados em local visível para consulta dos utilizadores.
2. A temperatura dos Tanques existentes na Piscina é definida no anexo D da Norma Portuguesa 4542 de 2016:
 - a) Tanque Polivalente: entre os 26º e 28º;
 - b) Tanque de Manutenção e Infantil: entre os 28º e 32º;
 - c) Tanque de Hidroterapia: entre 30º e 36º.

Artigo 30º

Orientações da Autoridade de Saúde

Em complemento aos diplomas legais referentes às piscinas de uso público têm aplicação as orientações emanadas pela Autoridade de Saúde da Unidade de Saúde Pública ACES Loures-Odivelas.

Capítulo VIII- Disposições Finais

Artigo 31º

Assistência às Atividades

1. É permitida a assistência às atividades desenvolvidas na Piscina de Odivelas, desde que não perturbe o normal funcionamento das mesmas.
2. A Piscina de Odivelas reserva-se ao direito de condicionar temporariamente a assistência às atividades para preparação e ensaio de eventos.
3. Fica desde já salvaguardado o direito de interdição do recinto sempre que tal comprometa a segurança das instalações e das pessoas.
4. Ao público que pretenda assistir às atividades desenvolvidas na Piscina Municipal, aplica-se o cumprimento deste regulamento.

Artigo 32º

Casos Omissos

Os casos omissos no presente Regulamento são decididos pelo Presidente da CMO, sob proposta da unidade orgânica à qual está adstrita a gestão da Piscina de Odivelas.

Artigo 33.º

Entrada em Vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua publicação no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões.